

## Novo governo manterá a estrutura do programa de investimentos de Temer

Julio Wiziack  
BRASÍLIA

O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), herdará do governo de Michel Temer o PPI (Programa de Parceria em Investimentos) com toda a estrutura já montada e pronto para trabalhar; a nova administração não precisará trocar chefes ou servidores, nem programas que estão em andamento.

No novo desenho, a equipe do programa ficará vinculada à Presidência da República, com autonomia de ministério, e sob o comando do vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão. Ele mesmo já declarou que assumirá o órgão. Sua indicação, no entanto, não foi confirmada por Bolsonaro.

Hoje, o PPI está vinculado à Secretaria-Geral da Presidência, não diretamente à Presidência da República. Inicialmente, Paulo Guedes, futuro ministro da Economia, disse que pretendia

mantê-lo em seu ministério para acelerar e ampliar as privatizações e concessões em curso nos últimos dois anos por Temer.

Desde maio de 2016, quando foi lançado, o PPI teve mais de 105 projetos leiloados com obrigações de investimentos de R\$ 236 bilhões durante a concessão. Outros 191 projetos seguem em estudo, incluindo o de prorrogação de rodovias e ferrovias concedidas.

Sob Bolsonaro, o PPI conduzirá um amplo programa de desestatização, um dos pilares da política econômica de Guedes para a redução do déficit primário.

O futuro ministro da Economia afirmou que será possível levantar cerca de R\$ 700 bilhões com privatizações, concessões e desestatizações —estuda até vender prédios e terrenos da União.

Com isso, segundo ele, será possível zerar o déficit primário para

2019, estimado na Lei de Diretrizes Orçamentárias em R\$ 139 bilhões.

Muitos especialistas, no entanto, acham impraticável cumprir essa promessa no primeiro ano de governo.

Hoje boa parte das receitas de privatizações entra no caixa para cobrir despesas previstas no Orçamento.

Além da condução da venda de cerca de 150 estatais —um terço delas criadas pelos ex-presidentes petistas Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff—, o PPI deve incorporar novas competências. Para isso, deverá haver uma revisão legal.

Entre suas atribuições complementares, uma será transformá-lo em uma central da infraestrutura para destravar empreendimentos problemáticos.

A usina de energia nuclear de Angra 3, por exemplo, deve ser uma





das primeiras obras a serem avaliadas pela equipe atual. Em outubro, o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) baixou diretrizes para que o PPI possa viabilizar o empreendimento.

A obra está paralisada desde que foi alvo da Operação Lava Jato, que revelou um esquema de corrupção.

O general Oswaldo Ferreira, que estudou o caso e coordenou a equipe de infraestrutura de Bolsonaro durante a campanha, já afirmou que, caso o empreendimento seja descartado, a União terá de pagar cerca de R\$ 12 bilhões em rescisões contratuais. Para construir, seriam R\$ 17 bilhões. Na avaliação do general, o melhor é levá-lo adiante.

Técnicos que assessoram Guedes também cogitaram incluir no portfólio do PPI as mais de 2.000 obras paralisadas pelo país, boa parte legado da Copa do Mundo. Essa ideia, no entanto, é inviável.

Muitas dessas obras foram feitas por programas específicos e em parcerias com estados. Existem barreiras legais para que sejam incluídas em um programa federal de

concessão, privatização ou mesmo parcerias público-privadas.

Por isso, terão de continuar na carteira dos ministérios e financiadas com recursos do Orçamento. Neste ano, serão R\$ 27 bilhões para investimentos, incluindo obras de programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida.

Além de poder ficar com toda a equipe atual do PPI, Bolsonaro também deve seguir com o cronograma de obras na fila de concessões e privatizações. Se isso ocorrer, logo nos primeiros meses de governo, estão previstos os leilões da Ferrovia Norte-Sul (FNS) e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol).

Embora não tenha autoridade para vetar, Bolsonaro deve cancelar ainda em 2018, durante a transição, a venda de 12 aeroportos e demais leilões previstos até o fim deste ano.

Já o processo de capitalização da Eletrobras, que tinha previsão de sair do controle da União neste ano, ficará congelado para reavaliação.

Militares próximos ao presidente

eleito consideram a estatal um ativo estratégico. Analistas do setor, no entanto, afirmam que há muito tempo ela deixou de ser relevante para a geração de energia.

Segundo o PPI, atualmente, a Eletrobras participa com 32% da produção energética do país, incluindo a usina hidrelétrica de Itaipu e a Eletronuclear —ambas fora da desestatização em curso.

Ou seja: a maior parte do mercado de energia do país já está com a iniciativa privada.

Em outra frente, estatais como Correios, Valec e Telebrás podem ser privatizadas. O futuro ministro Paulo Guedes já declarou que a venda de estatais como essas pode ser total ou parcial e que priorizará aquelas com maior potencial de receita para a União e interesse do mercado.

Esses recursos seriam usados para abater a dívida pública. Dessa forma, haveria espaço orçamentário para destinar mais verbas para saúde, educação e segurança.





## Como será o programa de privatizações

### O que é o PPI?

Programa de Parceria em Investimentos, lançado em 2016

### Onde ficará?

Vinculado à Presidência da República sob o comando do vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão

### O que fará?

Conduzirá um amplo programa de privatizações, concessões e desestatizações (bens móveis e imóveis). Também será uma "central" para soluções de obras problemáticas, como a usina nuclear de Angra 3

### Para onde irão os recursos?

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, quer usar todos os recursos adquiridos com o PPI para zerar o déficit primário, que, no próximo ano, está estimado em R\$ 139 bilhões

**105**

projetos já foram leiloados desde que o PPI foi criado

**191**

projetos seguem em estudo, incluindo o de prorrogação de rodovias e ferrovias concedidas

### Quanto pode render?

Guedes disse que pretende se desfazer de aproximadamente 150 estatais, incluindo cerca de 50 criadas pelos ex-presidentes Lula e Dilma. Pelos seus cálculos, daria para levantar R\$ 700 bilhões

### Quais obras serão concedidas?

Logo nos primeiros meses do novo governo, estão previstos os leilões da Ferrovia Norte-Sul e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol)

### Qual o critério para a venda?

Empresas consideradas estratégicas não serão privatizadas. A desestatização da Eletrobras, por exemplo, será revista. O general Augusto Heleno, futuro ministro da Defesa, quer rever a venda da Embraer, embora considere o negócio fundamental para a sobrevivência da companhia

**R\$ 139 bilhões**

é o déficit orçamentário previsto para 2019

**R\$ 17 bilhões**

é o custo previsto para finalizar Angra 3; o descarte do empreendimento custaria R\$ 12 bilhões para a União

## Moro quer integrantes da Lava Jato no ministério

*Justiça. Magistrado avalia nomes da Polícia Federal e da Receita para compor a sua equipe no novo governo; orçamento da pasta vai chegar a R\$ 4,8 bi, o maior da década*

Fausto Macedo  
Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA  
Fábio Serapião

O juiz Sérgio Moro vai levar para o Ministério da Justiça integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato. O magistrado já avalia nomes ligados à Polícia Federal, que voltará a ficar sob o comando da pasta, e à Receita Federal. Para colocar em prática a promessa de uma “agenda anticorrupção e anticrime”, Moro terá o maior orçamento da pasta nesta década.

Serão R\$ 4,798 bilhões em 2019, 47% a mais do que a dotação autorizada para este ano. Ao mesmo tempo, herdará um déficit de pessoal em órgãos como a Polícia Rodoviária Federal. Na quinta-feira passada, o magistrado aceitou o convite do presidente eleito, Jair Bolsonaro, para integrar o futuro governo. Antes da oficialização do seu nome, Moro e Bolsonaro conversaram na sala da casa do deputado na Barra da Tijuca, no Rio.

Por meia hora, a discussão teve a participação do economista Paulo

Guedes, que vai comandar o novo Ministério da Economia. Depois, por 40 minutos, Bolsonaro e Moro ficaram sozinhos discutindo pontos prioritários do governo. Após o encontro, em coletiva, Bolsonaro disse que eles estavam alinhados: “Chegamos a um acordo de 100% em tudo”.

Além de nomes da Polícia Federal e da Receita, o juiz tem afirmado a interlocutores que gostaria de contar com “um ou dois nomes” ligados ao Ministério Público Federal, mas admite que a participação de representantes desse braço da Lava Jato é “mais complicada” porque dependeria de exoneração de cargos. Moro deve começar a analisar a estrutura do ministério assim que a equipe de transição começar a repassar os dados.

Na terça-feira, ele concede a primeira entrevista coletiva para falar dos seus planos à frente da pasta.

Orçamento.

Moro vai assumir uma pasta ampliada e com órgãos de combate à corrupção que estão atualmente em outros ministérios, como a PF e parte do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Por conta disso, ganhou também um orçamento mais robusto. Os R\$ 4,7

bilhões que terá à disposição dizem respeito apenas a gastos discricionários, ou seja, despesas de custeio e investimento que poderão ser livremente administradas pelo chefe da pasta.

Os valores não são comprometidos, por exemplo, com salários de servidores, inscritos na categoria de gasto obrigatório. Mesmo com as severas restrições fiscais que impactam o orçamento federal, o valor disponível em 2019 para Justiça e Segurança Pública será inclusive maior que os R\$ 4,693 bilhões do orçamento de 2016, ano no qual os gastos nas áreas foram inflados pela organização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

O aumento de recursos para as duas áreas vai na contramão do arrocho no Orçamento do próximo ano. O gasto discricionário total para 2019 terá uma redução de R\$ 13,432 bilhões em relação ao volume disponível neste ano. Entre as áreas que terão menos recursos para gastos administrativos e investimentos estão Transportes, Integração Nacional, Cidades, Turismo e Desenvolvimento Social.

A diferença é explicada pela atenção maior que o tema da segurança pública ganhou no governo de Michel Temer, que em fevereiro deste ano criou um





ministério próprio para a área. Outros órgãos que podem ser incorporados pelo superministério de Moro também terão verba maior no ano que vem. Para 2019, os recursos previstos para a Controladoria-Geral da União (CGU) somarão R\$ 110,843 milhões, um crescimento de 16% em relação a este ano e o maior valor desde que o órgão passou a ter orçamento próprio, em 2013.

#### Déficit.

Mesmo neste cenário de um orçamento maior, Moro terá de administrar déficit de pessoal em alguns dos órgãos sob a tutela da superpasta. Responsável pelas investigações de combate ao crime organizado ligado ao narcotráfico e ao desvio de verbas públicas, prioridades do futuro ministro, a PF tem um déficit de ao menos 4 mil

vagas, segundo a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF).

A entidade diz que a previsão legal é de um quadro de funcionários com aproximadamente 15.200 policiais e 3.100 servidores administrativos. Atualmente, há apenas um concurso em andamento que prevê a contratação para 500 vagas. Já no Coaf, órgão responsável por mapear e informar as autoridades sobre transações financeiras suspeitas, há um déficit histórico de pessoal. O conselho é composto por 40 pessoas. Uma proposta para aumento do efetivo já havia sido encaminhada para o Ministério da Fazenda.

COLABOROU CONSTANÇA REZENDE

## ORÇAMENTO DA PASTA

### Recursos

EM BILHÕES DE REAIS, CORRIGIDOS PELO IPCA



\*CONSIDERA A SOMA DOS VALORES PARA AS ÁREAS DE SEGURANÇA E JUSTIÇA, QUE FORAM SEPARADAS A PARTIR DE 2018

FONTE: CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Difícil, a vida**

Servidores do ministério do Planejamento acreditam que o enxugamento ministerial de Bolsonaro – ele quer reduzir de 29 para 15 as instituições com status de ministério – terá impacto limitado nas contas públicas. Por dois motivos. Primeiro, quando um ministério é extinto, apenas suas áreas administrativas deixam de existir. Elas fazem coisas como consultoria jurídica, compras, contratos e orçamento. Os demais cargos são abraçados por outra estrutura. Segundo, muitas dessas áreas administrativas são ocupadas por servidores de carreira. Ou seja, eles vão apenas perder a função administrativa e o adicional que recebem por desempenhá-la. Mas continuam servidores.

**Difícil 2**

Para cortar a maioria dos cargos de direção, os DAS, Bolsonaro terá de levar à faca a própria Presidência. Que possuía, em setembro, 1.815

cargos – cerca de 20%. Ministérios que podem “caducar” no novo governo, como os de Cultura e de Meio Ambiente, têm 421 e 521 cargos do tipo, respectivamente.

**Fim do Minc?**

Dentro da eterna polêmica sobre a fusão ou não do Ministério da Cultura com a Educação, Sergio Sá Leitão explica que cada país tem um modelo. Na linha do que o Brasil quer fazer (unindo cultura, educação e esporte) está ... a. Venezuela. Já China, Grécia, Turquia e Malásia, aponta o ministro, trabalham com ministério que junta cultura e turismo.

**Minc 2**

Israel e Espanha unem cultura e esporte em uma só pasta. Cultura e Comunicação fazem par na Austrália, Alemanha, França, República Checa e Cingapura. Qual o ministério maior? O “super” criado pelo Reino Unido – reúne cultura, esporte, comunicação e turismo. Ufa...